



NEGOCIAÇÕES DE SENTIDOS NO CONTEXTO DA SUBALTERNIDADE: INTERSECCIONALIDADE NA VIDA DA MULHER NEGRA LÉSBICA E SEUS PONTOS NODAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL¹

Alessandra Dias da Cruz²

Faculdade Católica Dom Orione, Curso de Psicologia, Araguaína, TO, Brasil.

Carmen Hannud Carballada Adsuara³

Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Curso de Psicologia, Araguaína, TO, Brasil.

Robenilson Moura Barreto⁴

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP-UFPa), Belém - Pará, Brasil.

Resumo: Considerando o avanço dos debates de gênero e sexualidade na psicologia, como se faz notável mediante a publicação da resolução CFP 01/2018 e com a campanha “despatologizando” desde 2015, o presente artigo busca abordar o fenômeno da *subalternidade* no contexto da psicologia social a partir da perspectiva interseccional (Crenshaw, 2013; Hirata, 2016), debatendo teórico-conceitualmente acerca da vida das mulheres lésbicas. Dessa forma, a pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica e consulta a plataformas digitais, e teve como objetivo alinhar os saberes psicológicos com discussões multidisciplinares no avanço e análise das relações que compõem a vida

¹ Esta pesquisa é fruto do trabalho de pesquisa realizado por meio do Programa de Iniciação Científica (PROCIENT) do curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione (TO).

² Psicóloga, graduada pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO / Araguaína - TO). Pesquisadora no Programa de Iniciação Científica - PROCIENT da Faculdade Católica Dom Orione (2018 - 2019). Psicóloga Escolar na Rede Estadual de Educação de Araguaína, TO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2288-0486>

³ Graduada em Psicologia Pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2016). Docente na Faculdade Católica Dom Orione (TO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4887-9125>

⁴ Psicólogo, Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPa). Pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da Universidade Federal do Pará (LPPF/UFPa). Integrante da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (as) e Pesquisadoras (os) (ANPSINEP). Atualmente docente de Psicologia na Universidade CEUMA (Brasília - DF) e Conselheiro do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2019-2022). E-mail: robenilsonbarreto@hotmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8616-8792>

NEGOTIATIONS OF MEANINGS IN THE CONTEXT OF SUBALTERNITY: INTERSECTIONALITY IN THE LIFE OF LESBIAN BLACK WOMEN AND ITS NODAAL POINTS FOR SOCIAL PSYCHOLOGY

NEGOCIACIONES DE SIGNIFICADOS EN EL CONTEXTO DE LA SUBALTERNIDAD: INTERSECCIONALIDAD EN LA VIDA DE LAS MUJERES NEGRAS LESBIANAS Y SUS PUNTOS NODALES PARA LA PSICOLOGÍA SOCIAL

NÉGOCIATIONS DE SIGNIFICATIONS DANS LE CONTEXTE DE LA SUBALTERNITÉ: INTERSECTIONNALITÉ DANS LA VIE DES FEMMES NOIRES LESBIENNES ET SES POINTS NODAAL POUR LA PSYCHOLOGIE SOCIALE

Revista da ABPN • v. 14, n. Ed. Especial • Julho 2022 • p. 68-88

campanha « dépatologie » depuis 2015, cet article vise à aborder le phénomène de la subalternité dans le contexte de la psychologie sociale du point de vue intersectionnel (Crenshaw, 2013; Hirata, 2016), débattant théoriquement-conceptuellement de la vie des femmes lesbiennes. Ainsi, la recherche a été menée sur la base d'une revue de la littérature et d'une consultation avec des plateformes numériques, et visait à aligner les connaissances psychologiques sur les discussions multidisciplinaires dans l'avancement et l'analyse des relations qui composent la vie subjective - individuelle et collective - des femmes lesbiennes, en amenant la catégorie de genre (Scott, 1995) dans ses constructions sociales variées, imbriquer la race-ethnicité et la classe sociale.

Mots-clés: Femmes noires lesbiennes; Subjectivité; Intersections

INTRODUÇÃO

“[...] à medida que amadurecem, nossas lutas produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade.”

(ANGELA DAVIS)

O presente artigo, fruto de pesquisa de iniciação científica, parte da necessidade de discutir a natureza das negociações de sentidos com relação aos fenômenos que perpassam sobre o debate de gênero, para compreender a invisibilidade das mulheres negras lésbicas sob um contexto histórico-social que lhes expõem a subalternidade, sendo a orientação sexual linha de frente para a justificava de múltiplas violências: físicas, materiais, culturais e simbólicas. Violências que tem como base a natureza da construção de papéis pré-determinados socialmente, tarefas e funções de masculinidade e feminilidade com base em uma estrutura histórica da sociedade ocidental capitalista (PAREDES, 2015) constituindo hierarquias que atingem as mulheres de formas públicas ou privadas, atribuindo aos homens o direito a dominação coletiva e individual, consolidando uma relação de poder e manutenção social (SAFIOTTI, 2001).

Dessa maneira, a necessidade de trabalhar o gênero como categoria analítica visa observá-lo de maneira complexa para que, além da categoria subjetiva, permita-se compreender as mulheres quanto à posição política que ocupam enquanto sujeitos históricos *[sujeitas históricas]* (SCOTT, 1995). As mulheres compõem, então, intersecções sociais, as quais se constituem através de imbricações formadas por sobreposições de suas características sociais, como, gênero, classe e raça. Crenshaw (2004) desenvolve o termo interseccionalidade, visando compreender tal fenômeno imbricatório observando as relações de opressão no que diz respeito ao gênero e a raça.

Em meio a esta conjuntura, por fim, a mulher negra passa a ser o ponto central dessas relações, configurando a base da pirâmide social (DAVIS, 1882).

A interseccionalidade constata que é possível compreender que existem relações de opressão em que a subjetividade da mulher é invisibilizada socialmente, no contexto da relação interseccional à qual, de alguma forma, pertence. Foram levados em conta variados marcadores políticos identitários referentes “às mulheres” - lésbicas, pobres, negras, indígenas, quilombolas, dentre outras; notando-se que a afetividade é diretamente atingida pelas relações de opressão social, perpassando por uma invisibilidade pública ou privada, a ponto de torna-se humilhação social. Costa (2004) define a invisibilidade como um fenômeno psicossocial em que o sujeito é apagado por outro, culminando na relação de privilégio-direitos; isto é, conforme pontua Silva (2012), as mulheres pouco são notadas no contexto histórico-social, porém é mais agravante quando se trata das mulheres lésbicas, que além de invisibilizadas socialmente, possuem sua afetividade, direitos sociais – como acesso a saúde - marginalizados.

Nesse sentido, compreendendo *a questão lésbica* em uma perspectiva interseccional no interior de uma estrutura social e histórica, parte-se da psicologia social para analisar as diferentes matizes que conferem a essa identidade social uma condição subalterna, marginalizada, afetando a constituição subjetiva e corroborando com quadros alarmantes de violência e morte subjetiva. Assim, com base em uma perspectiva feminista (Hirata, 2014) no fazer científico a partir dos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade (idem, 2014), tenta-se aqui desvelar contradições inerentes a uma sociedade de desiguais, defendendo-se, portanto, uma prática psicológica que se posicione no interior do sistema de garantia de direitos visibilizando as demandas sociais da população lésbica em sua diversidade latino-americana.

Visto que a interseccionalidade foi um termo cunhado por uma autora, mulher negra lésbica, pertencente a cultura afro-americana (CRENSHAW, 2004), a presente pesquisa percorreu rumos que se baseiam no objetivo de compreender a interseccionalidade de mulheres lésbicas negras pobres e pertencentes a determinado grupo étnico, considerando os apontamentos de Silva (2012) de que as mulheres lésbicas em toda as formas subjetivas são marginalizadas e invisibilizadas socialmente.

Os resultados principais desta análise foram formulados com base em documentos oficiais, dossiês e fatos históricos registrados pela mídia, indicando que a composição social interseccional dessas relações atinge mulheres lésbicas na forma de

invisibilização, humilhação social ou negação e omissão de direitos, caracterizando diversas violências, como, o lésbocídio, e, ao mesmo tempo, marcando o espaço da militância política como um *território existencial*. Em meio à pesquisa, torna-se evidente que a psicologia possui um papel ético-político fundamental no enfrentamento das opressões, no fortalecimento das subjetividades, e na promoção de saúde, no bojo do sistema de garantia de direitos, bem como buscar caminhos essenciais para a superação das desigualdades sociais. Por fim, motivadas pelo estudo da temática, as pesquisadoras se engajaram na produção de um documentário de cunho etnográfico (Mattos, 2011), cujo processo consta em um breve relato ao final deste texto.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS CULTURAIS

Ao longo da história, os homens passaram a ser figuras hegemônicas, utilizando-se de diversas ferramentas de poder e saber, sendo evidente a dominação masculina na sociedade, que lhes atribuíam privilégios significativos, separando colocações estruturais e simbólicas para refletir essas definições estabelecidas, assim, definindo uma forma dualista nas relações gênero, sendo que a mulher possuía o papel do Outro social, enquanto o homem era o Eu, quanto figura subjetiva e reflexo social de suas idealizações, concretizando desigualdades (BEAUVOIR, 1970).

No desenvolvimento social, as mulheres passaram a lutar por direitos e espaço social de forma objetiva e subjetiva a fim de diminuir desigualdades de gênero, modificar o contexto e transformar as relações. Entretanto, a estrutura social é presa a essas construções passadas. Safiotti (2001) define a relação estrutural pré-definida, como, patriarcado, que atinge as mulheres por meio de duas esferas: esferas públicas, quando as mulheres têm seus direitos sociais omitidos por entidades governamentais e institucionais, contribuindo na produção de violências; esfera privada, ligada ao contexto do ambiente familiar patriarcal, que envolve desde violências físicas a violências psicológica e patrimonial violando a subjetividade e individualidade. Este conceito formou-se a partir da observação do conjunto social regido por homens brancos heterossexuais e geralmente com alto nível socioeconômico.

Alinhando-se tais características às invasões colonialistas na América Latina, passa-se a reconhecer tais homens como àqueles que se apropriaram das terras habitadas por povos nativos-indígenas, deixando herdeiros com características privilegiadas para

manter a estrutura política-social que marginaliza os povos originários e comunidades, limitando as relações culturais e econômicas com o intuito de explorar a mão de obra das camadas populares, garantindo lucro aos mercados internacionais, abrindo espaço para o modelo neoliberalista, culminando em desigualdades extremas entre classes, aumentando a exploração das mulheres, sobretudo as mulheres negras, por meio dos trabalhos manuais.

A maioria da população explorada era composta por indígenas e negras (os) durante o Brasil colonial, implicando também, em estereótipos de beleza ideal, vinculados à elite e à branquitude, e na objetificação dos corpos femininos - como no caso da hiperssexualização dos corpos negros. Observa-se com evidência o recorte étnico-racial, sendo que, as mulheres brancas e com padrão socioeconômico elevado eram de certa maneira privilegiadas por esse modelo neoliberal (Paredes, 2015), evidenciando a invisibilidade e a negação da existência e direitos das mulheres negras, que para Davis (2013) envolve um modelo de uma configuração social que além de patriarcal e sexista, é racista, sendo a mulher negra uma figura com a humanidade negada.

Com o desenvolvimento dos estudos interseccionais, na busca pela compreensão das relações de gênero, raça/etnia e classe, Davis (1882) faz a leitura histórica do preconceito racial norte americano, ao qual marginalizou as pessoas negras desde o período pré-abolicionista, a autora constata que as mulheres negras perante toda a configuração social e, também, aos homens negros, tiveram direitos e liberdade violados. É possível notar que o cenário histórico-social, que já invisibiliza as mulheres, também encontra formas de humilhá-las e colocá-las à margem, mesmo que uma parcela delas lute e conquiste direitos; nesse sentido, a partir da particularidade da raça/etnia há um direcionamento das relações de gênero, e vice-versa.

O cenário que invisibiliza e encontra meios de humilhá-las, faz parte de um conjunto estrutural moldado para manter padrões culturais em nome de uma preservação social (LANE, 2006). Costa (2004) indica que a invisibilidade é um fenômeno psicossocial que se apresenta por meio de diversas manifestações, a fim de apagar a subjetividade do sujeito e, assim, consequência humilhações públicas.

Enquanto mulher lésbica negra, Lord (1984) conclui que uma das formas de lutar por garantias individuais e coletivas trata-se de uma luta em conjunta, com o compartilhamento de suas vivências e fortalecimento de seus objetivos. Baró (1996), Lane (2006), Gonçalves (2010) e Jacó-Vilela (2007) são autores que complementarão na



compressão do fenômeno a partir da psicologia social enquanto ciência e profissão preocupada em compreender os determinantes sociais da subjetividade a fim de produzir relações mais dignas e igualitárias, reconhecendo que as opressões como expressão de uma estrutura de dominação que organiza a sociedade a partir de desigualdades.

Sendo assim, delineamos o objetivo de estudar a interseccionalidade das mulheres negras lésbicas no contexto da psicologia social no sistema de garantia de direitos, por meio das resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº (018/2002), (01/1999) e (09/2018), que pautam acerca de uma psicologia contrária ao racismo, homofobia e transfobia, respectivamente⁵.

A fim de compreender o fenômeno da subalternidade dessas mulheres frente ao contexto social ao qual pertencem. Lord (1979) como mulher negra lésbica, utilizando de seu lugar de fala, discorre que é necessário o fortalecimento de todo o conjunto de mulheres que sofrem os mais variados tipos de opressão, para que assim seja possível fazer o enfrentamento das desigualdades que às atingem conjuntamente e coletivamente.

CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Ribeiro (2017) coloca o lugar de fala como forma essencial da expressão subjetiva do indivíduo, cabendo à psicologia, portanto, apropriar-se desse conceito como aspecto teórico e metodológico para uma escuta eticamente balizada nos princípios do código de ética da Psicóloga, considerando e reconhecendo o caráter subjetivo, mas também social e político, da experiência humana (NIGEL, 2013). Desvelar o caráter interseccional da subjetividade, portanto, nesse contexto significa valorizar, atuar e legitimar para que os saberes e fazeres sejam feitos em uma relação conjunta, em um *diálogo* - em contraposição às relações de dominação e submissão (Martín-Baró, 1996).

Assim sendo, na primeira fase do estudo científico - revisão de referências - foram utilizados estudos da psicologia social em suas diversas vertentes teóricas, bem como em um cunho transdisciplinar, acessados por meio de livros, sites e plataformas digitais, utilizando a pesquisa qualitativa no que diz respeito ao colhimento de dados. Ao mesmo tempo, o aprofundamento teórico criou a necessidade de uma imersão, dando luz

⁵ Vale registrar que em 2019 foi publicado o livro “Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs” pelo Conselho Federal de Psicologia, com o intuito de “contribuir com a reflexão a respeito do tema e, ao mesmo tempo, combater preconceitos que trazem sofrimento, violência e exclusão” (CFP, 2019, p. 13).

a um processo de produção de documentário em uma abordagem etnográfica (MATTOS, 2011) que será relatado a posteriori.

A pesquisa quantitativa, propriamente, embasou-se em dados do livro de Irineu e Froemming (2012) “*Gênero, sexualidade e Direitos: Construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia*”, o qual desenvolve a discussão sobre políticas públicas em saúde voltadas às mulheres lésbicas, apresentando dados de três esferas sociais e governamentais para o processo de produção das políticas públicas - academia, que promove ciência a partir da produção de conhecimentos e evidências; movimentos sociais, que produzem demandas a fim de exigir posicionamento e reconhecimento de subjetividade, direitos e políticas públicas voltadas para mulheres lésbicas; e por fim, o governo, que entra com o papel de produzir ações para o que foi exposto no posicionamento dos movimentos e produções científicas.

No segundo semestre do ano de 2018, o “Núcleo de Inclusão Social” – NIS - do Nós: dissidências feministas, lançaram o dossiê: *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*. O dossiê nos apresenta uma análise de dados sobre o período abarcado entre os anos de 2014 a 2017. A presente pesquisa utilizou-se de tais dados como forma de fornecer uma legitimidade estatística frente à discussão central proposta. Além disso, também foram utilizados dados do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada/IPEA (2016), bem como foi acionado o Ministério da Saúde, por meio da plataforma Esic, do qual foram solicitadas informações acerca das mulheres lésbicas na política de saúde mental.

CONDIÇÕES DE SUBALTERNIDADE DAS MULHERES LÉSBICAS

Levando em consideração as várias dimensões subjetivas no processo social, individual e identitário, as mulheres lésbicas - enquanto grupo social - fazem enfrentamento às opressões de gênero, visto que sofrem os impactos psicossociais de uma cultura patriarcal; ao assumirem uma sexualidade que contrária ao padrão heterossexual compulsório, elas acabam negando o modelo pré-estabelecido pela sociedade.

O dossiê: *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta* (2018) apresenta os enfrentamentos que as lésbicas passam ao longo da vida, de primeiro momento pela fase de auto aceitação. Com efeito, reconhece o sofrimento psíquico decorrente da condição social de desvio do modelo padrão, que acarreta em processos de adoecimento, inclusive em suicídio.



e silenciar mulheres lésbicas, causam inquietamento sobre o porquê da necessidade de se garantir a subalternidade dessas mulheres por meio de violências psicológicas resultantes na morte por suicídio; um incômodo ao nos depararmos com a condição de desumanização, que assim, de acordo com Marx (2006), se faz necessário desvelar a produção desse fenômeno para compreendê-lo; isto é: “a classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos da nossa sociedade” (idem, p.44).

Transpondo esse desvelamento para o campo da saúde mental, mais especificamente, alguns dados são trazidos a seguir com relação ao último relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas (2018), trazendo detalhes que estão apontados nos resultados deste artigo, que, por sua vez, expressam – ou reiteram - a necessidade de superar a aparência homogênea dos fenômenos em direção à sua essência contraditória e histórica.

DADOS E RESULTADOS

Os dados desta pesquisa foram coletados a partir de pesquisas, estudos, seminários e divulgações estatísticas com as temáticas interseccionais sobre gênero, classe, raça/etnia. As fontes de coletas foram: o Dossiê sobre lesbocídio, com dados coletados de 2014 até 2017, pelo Núcleo de Inclusão social (NIS) e do Nós: Dissidências feministas, que tem como tema: Lesbocídio – As histórias que ninguém conta (2018); IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e CFP - Conselho Federal de Psicologia. Esta última fonte promoveu a realização do *Seminário Nacional de Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*, que ocorreu entre os dias 17 e 19 de junho de 2010, culminando na publicação de estudos e pesquisas, intitulada: “*Psicologia e diversidade sexual: Desafios para uma sociedade de direitos*” (2011), organizada pelo próprio conselho. Por fim, dados qualitativos do livro: “*Gênero, sexualidade e Direitos: Construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia*” (Irineu e Froemming, 2012) também foram utilizados como referência para o trabalho.

LESBOCÍDIO - AS HISTÓRIAS QUE NINGUÉM CONTA

De acordo com levantamentos e dados estatísticos da consumação de violências contra mulheres lésbicas, indicando mortes registradas e publicizadas no *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (Peres; Soares; Dias, 2018), é possível discutir sobre o processo de invisibilização que atinge as mulheres e como as opressões contra o gênero feminino ocorrem de variadas formas, de um ponto de vista interseccional.

Conforme o que será apresentado, a partir do conhecimento da realidade das relações de gênero e de como foram constituídas, chamou a atenção a problemática trazida pelos dados apontados, como a questão do suicídio, visto que Marx (2006) se atentou ao problema do suicídio que atingia as mulheres, elencando a condição de gênero na sociedade e, os estigmas das classes sociais e poder econômico como forma de manutenção de poder do dominante. Atualmente, além de tal questão, considera-se também as múltiplas formas imbricatórias, como, raça e etnia, do ponto de vista das relações estruturantes que produzem sujeitos, mas também processos saúde-doença.

Os dados aqui apresentados não abarcam todos os dados do dossiê, alinhando-se apenas aos objetivos mais específicos deste artigo. Para o levantamento, foram selecionados dados coletados pelo dossiê que levaram em consideração a idade, características físicas e estilos aparentes, como os estereótipos de feminilidade e não feminilidade, região em que residem, raça/etnia, tipos de morte (suicídio, homicídio/feminicídio), espaço em que ocorreram (residencial ou público). Tais elementos de caracterização serão organizados de acordo com o ano, cronologicamente.

Os dados do ano **de 2014** indicaram que os percentuais de lésbicas mortas por idade: até 19 anos, foi de 29%; de 20 a 24 anos, 14%; de 25 a 29 anos, 29%; 35 a 39 anos, 7% e de 40 a 44 anos 14%.

Quanto ao percentual por tipo, o dossiê assinala que as lésbicas feminilizadas mortas neste ano foi de 53% e as lésbicas não-feminilizadas, foi de 47%.

Com relação à Raça/Etnia (um dos principais pontos a ser estudado neste artigo científico), os dados apontam um percentual de 47% de mulheres brancas e 53% de mulheres negras.

Quanto ao percentual por região, destacamos que a região nordeste registra 50%, o maior índice registrado em comparação com as outras regiões. Já a região norte registrou 6%, o menor índice em comparação com as demais regiões. A região centro-oeste registrou 25%; a região sul registrou 19%. O Dossiê aponta que neste ano não foram registradas mortes na região sudeste.

Com relação ao método de execução, os dados apontam que as lésbicas mortas por suicídios registraram 13%. Já as mortes por assassinatos registraram 87%.

Quanto aos locais de ocorrência, o percentual indica que as mortes em residências registraram 29% e as mortes em espaços públicos registraram 71%.

Os dados do **ano de 2015** indicaram que os percentuais de lésbicas mortas por idade foram de: até 19 anos, 23%; de 20 a 24, 45%; de 25 a 29, 14%; de 30 a 34, 9%; de 35 a 39, 4% e as de 40 a 44, foram 5%.

Com relação ao percentual de mortes por tipo, o de lésbicas feminilizadas contabilizou 52% de mortes, enquanto que, o de não-feminilizadas foi de 48%.

Já correspondente aos dados referentes à Raça/Etnia: as mortes de lésbicas brancas contabilizaram 62% e a de lésbicas negras 38%.

Referente ao percentual por região, a região sudeste registrou o maior índice, 52% de mortes. Já a região norte apresentou 4% o menor índice em comparação com as demais regiões. A região centro-oeste registrou um percentual de 20%; a região nordeste registrou 8% e a região sul registrou 16%.

Em referência ao método de execução, as mortes por suicídio registraram 19% e as mortes por assassinatos registraram 81%.

O percentual referente à localidade registrou que os espaços públicos contabilizaram 68% e as residências 32%.

Os dados do **ano de 2016** indicaram que os percentuais de lésbicas mortas por idade foram de: até 19 anos, 21%; de 20 a 24 anos 46%; de 25 a 29 anos 8%; de 30 a 34 anos, 13%; de 35 a 39 anos, 8% e de 40 a 44 anos 4%.

Os percentuais referentes às mortes por tipo indicam que as lésbicas feminilizadas registraram 31% e as lésbicas não-feminilizadas 69%.

Com relação ao percentual referente à Raça/Etnia, as Brancas contabilizaram 59%, as Negras contabilizaram 38% e as Indígenas, 3%.

Neste ano o percentual de mortes por região indicou que a região nordeste obteve o maior índice de mortes, 27%. A região norte apresentou o menor índice em comparação com as outras regiões, 13%. A região centro-oeste registrou 20%; a região sudeste registrou 23% e a região sul, 17%.

Em referência ao método de execução, foram 77% por assassinatos e 23% por suicídios.

O percentual referente à localidade indicou que os Espaços públicos contabilizaram 78% e as residências 22%.

Os dados do **No ano de 2017** indicaram que os percentuais de lésbicas mortes por idade foram de: até de 19 anos, 23%; de 20 a 24 anos, 30%; de 25 a 29 anos, 19%; de 30 a 34 anos 7%; de 35 a 39 anos 15%; de 40 a 44 anos, 4% e de 45 a 49 anos 2%.

Os percentuais referentes às mortes por tipo indicam que as lésbicas Feminilizadas registraram 46%, e as lésbicas não-feminilizadas 54%.

Com relação ao percentual referente à Raça/Etnia, as Brancas contabilizaram 57% e as Negras 43%.

Quanto ao percentual por região, a região sudeste apresentou o maior índice de morte, com 37%. A região centro-oeste apresentou o menor índice em comparação com as outras regiões 4%. A região nordeste registrou 28%; a região norte 22% e a região sul 9%.

Em referência ao método de execução, foram 62% de mortes por assassinato 62% e 38% de mortes por suicídios.

O percentual referente à localidade indicou que os espaços públicos contabilizaram 71% e as residências 29%.

DADOS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEA

Segundo dados do dossiê, mulheres negras lésbicas possuem um percentual de índice de violências de feminicídio e lesbocídio significativo, porém, exceto no ano de 2014, às mulheres negras obtiveram índices menores de violência em relação às brancas. Entretanto ao comparar esses dados com o Atlas da violência do IPEA que apresentou no ano de 2016 o aumento do número de violências domésticas contra mulheres negras, um maior índice de morte (segundo as taxas de homicídio) das mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) apresentando uma diferença de 71%. Segundo o atlas em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para 100 mil mulheres negras aumentou 15,4, enquanto entre as não negras houve queda de 8%. Além de a população brasileira ser composta por maioria de pessoas negras, é notório o apagamento das vivências das mulheres negras lésbicas no colhimento de informações disponíveis pelas instituições de investigação, mídias jornalísticas e sociais. Os dados entram em contradição ou conflito,



tornando evidente que além da orientação sexual, existe também o reflexo do preconceito racial e estruturado que invisibiliza o corpo negro.

O Atlas também apresenta dados de estupros no Brasil a partir de registros administrativos, segundo órgãos e instituições. De acordo com o documento: “Em 2016, foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro, conforme informações disponibilizadas no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [...] Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 22.918 incidentes dessa natureza, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia”. Mesmo obtendo essas informações, vale lembrar que elas não dão conta da dimensão do problema, considerando o tabu enraizado pela ideologia patriarcal, fazendo com que as vítimas não denunciem seus agressores, corroborando com um quadro de subnotificação.

Torna-se um dado importante, pois anteriormente, foi mencionado nesta produção a violência por meio dos estupros corretivos como parte de um processo de negar a existência lésbica, evidenciando uma das – *várias* - maneiras de impor um modelo de heterossexualidade compulsória, por meio da qual, para Rich (2010 p. 21) “[...] a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível [...]”. Ou seja, neste sentido a heterossexualidade compulsória se sustenta na busca para que a sexualidade das lésbicas seja “[...] invalidada, forçada a se esconder ou recobrir” (idem, p. 22). São aspectos sóciopolíticos como esses que impactam na atuação da psicologia com essa população, desenhando desafios e também enfrentamentos que necessitam ser feitos no bojo do compromisso social da profissão.

DESVELAMENTOS PROVENIENTES DO E PELO DOCUMENTÁRIO DE ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

As pesquisas bibliográficas e documentais voltadas para a produção deste artigo nos despertou a necessidade de estudar *in loco* a vivência das mulheres lésbicas a fim de aprofundar e ampliar os nossos horizontes de pesquisa, considerando sua função social – o para quê e o para quem pesquisar. Com efeito, buscamos, assim, apreender o “modus operandi” da interseccionalidade e da subalternidade da mulher lésbica, partindo de uma base de abordagem etnográfica.

Em um primeiro momento, tentamos o encaminhamento ao Comitê de Ética, o que, infelizmente não foi possível visto que o órgão nos colocava novos documentos e pré-requisitos a cada nova submissão. Mediante tal impedimento, recorremos à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, solicitando transferência de comitê – de uma faculdade particular, concorrente da instituição da qual fazemos parte, para uma universidade pública. O pedido foi negado, nos restando pensar alternativas para cumprir com o que ponderamos ser necessário – quer dizer; ir a campo vivenciar a alteridade e a diferença, entendendo que na iniciação científica isso seria um passo importante para o aprendizado.

Levando em consideração esse despertar para um conhecimento mais aprofundado, formulamos como via alternativa a construção e produção de um documentário de cunho etnográfico – guiado pela sujeita de pesquisa e por sua comunidade -, que atualmente encontra-se em processo de edição. Portanto, exponho aqui como foi vivenciar essa experiência enquanto pessoa, mulher lésbica, periférica e pesquisadora, assim como, quais foram os impactos causados para a produção do artigo.

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa teve como um dos pilares fundamentais o dossiê sobre o lesbocídio, em que é relatado que uma das principais dificuldades sofrida pelas pesquisadoras mediante a coleta de dados residiu na obtenção de dados com relação a categoria etnia, para a qual o dossiê apresenta a questão das mulheres indígenas. Um fato muito importante, visto que segundo o documento, há uma contradição no índice de casos de suicídio – 1 mulher indígena em 2016 – em comparação ao que acontece na população indígena em sua totalidade, conforme divulgado pelo CIMI: 138 casos em 2014. Ao mesmo tempo, o que chama a atenção é o fato das mulheres quilombolas não serem mencionadas, apesar de integrarem no bojo da diversidade étnico-cultural brasileira.

Dessa maneira, decidiu-se procurar no movimento LGBT local se havia alguma representante desse grupo identitário – de lésbicas quilombolas – compondo as lutas por direitos humanos no município ao norte no interior do Tocantins. Encontramos duas mulheres, estudantes na universidade pública, vivendo na área urbana; uma delas voltou para sua cidade de origem no decorrer desse processo de produção audiovisual e a outra, aceitando participar da proposta, tornou-se sujeita em nossos registros, direcionando nossos olhares para a interseccionalidade em uma comunidade quilombola – trata-se de Débora Lima, conforme autorizado por ela em vídeo, divulgar seu nome e sua história.

Foram cinco dias consecutivos de imersão em um primeiro momento, e dois dias em um segundo momento, em que foi possível acompanhar e registrar os processos auto-organizativos, os itinerários, as memórias e a história de vida que compõem a subjetividade dessa mulher. Ao longo do desenvolvimento disso, foi possível vivenciar os movimentos sociais – quilombola e LGBT - como um espaço de vida, um território existencial, capaz de promover relações de cuidado, acolhimento, identificação, criação e transformação de si e das relações – algo já sistematizado por autores da psicologia política, como Marco Fernandes (2011)⁶ em seu artigo intitulado “Luta que cura!” – I, II e III.

Dessa forma, a vivência parece nos indicar o que foi constatado por Audre Lorde – há mulheres no movimento lésbico, lésbicas no movimento negro, e negras no movimento de mulheres; quer dizer, para Débora se organizar no movimento LGBT enquanto mulher lésbica, precisa se organizar enquanto quilombola na comunidade, na luta pelo território de seu povo, dialeticamente. Sua condição de gênero é indissociável de sua condição racial e social – a interseccionalidade é uma totalidade, e o processo de subjetivação de Débora só pode ser compreendido mediante essa múltipla-determinação histórica.

Ademais, Para mudar a realidade é necessário compreender as imbricações interseccionais às quais as mulheres lésbicas fazem parte, como também, exercer uma psicologia crítica e política, que entenda os processos sociais e como a sociedade se organiza (LANE, 2006), como também, alinhar os sentidos de debater a realidade frente aos processos de organização social, que se relacionam a questões políticas, históricas e culturais; para isso, um dos principais caminhos é se colocar no local de escuta para atender as necessidades dessas mulheres, necessidades essas que envolvem preconceito com relação a orientação sexual, identidade de gênero, identidade étnico – racial, e outras.

Ribeiro (2017) aponta a importância do local de fala como forma de romper estruturas de opressão e discriminação, que de acordo com Costa (2004), seria colocar a psicologia à disposição de observar e procurar romper com estruturas que invisibilizam sujeitos [sujeitas], por isso é tão importante ouvir mulheres como Débora, que denotam não apenas uma realidade individual, mas também coletiva de subjetividade. Ressaltando sobre a relevância de se construir lutas coletivas, como Davis (2018) pontua:

⁶ Disponível em <https://passapalavra.info/2011/05/40157/> acesso em 26 de abr.2019



Desde a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, tornou-se particularmente importante identificar os perigos do individualismo. As lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões – estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista. Mesmo que Nelson Mandela tenha sempre insistido que suas realizações foram coletivas, conquistadas também por homens e mulheres que o acompanhavam, a mídia tentou alçá-lo a herói. Um processo similar tentou dissociar Martin Luther King Jr. do imenso número de mulheres e homens que constituíram o verdadeiro cerne do movimento pela liberdade nos Estados Unidos em meados do século XX. É fundamental resistir à representação da história como o trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão. (DAVIS, 2018, p. 19)

A partir do reconhecimento de que se trata, portanto, de um processo coletivo e não individual, ao compreender que uma plataforma governamental não dispõe de dados de um grupo social violado, observa-se que a dinâmica de manter relações entre instituições, academia e sociedade, não tem efetivamente colaborado para a mudança de realidade hostilizante que elas vivenciam. Por isso, cabe ressaltar a importância de uma formação profissional em psicologia que compreenda o que causa o sofrimento – seus processos sociais de produção - e a invisibilização de determinados grupos, no sentido da superação de lacunas no atendimento às demandas múltiplas de uma população que necessita ser reconhecida em sua heterogeneidade, por um lado, e na produção de processos de solidariedade, autonomia e emancipação, por outro.

DIÁLOGOS, DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS PARA A PSICOLOGIA E A SOCIEDADE

O diálogo é pauta essencial para a psicologia, ele estimula a reflexão sobre objeto da profissão, tendo em vista compreender os fenômenos e demandas de sujeitos e da sociedade, considerando a humanização de suas práticas profissionais. É nele que a psicologia busca bases para o seu desenvolvimento no campo científico, alinhando com o compromisso ético exposto nos princípios fundamentais e responsabilidades das psicólogas (os).

Nessa direção, o diálogo com os movimentos sociais lésbicos em suas diversas interseccionalidades, se faz fundamental para o enfrentamento e o contraponto com relação ao que e a quem é invisibilizada; para a articulação estratégica à sistematização

de demandas; para o fortalecimento das individualidades e coletividades, tal como postulado pelo Código de Ética Profissional da Psicologia.

Com efeito, a psicologia necessita partir dessa relação em uma rede de produção de conhecimentos, saberes e fazeres políticos, engendrando ou vinculando intencionalmente a sua práxis à academia, aos movimentos sociais, e ao governo, com vistas a superar as lacunas em políticas públicas, intervindo junto ao sistema de garantia de direitos, na promoção de saúde a partir da efetivação da dignidade humana - a vivência da humanidade ou o sentimento de ser humano (SAWAIA, 1999).

Que, dessa maneira de acordo com o CFP (2018) nas unidades terapêuticas fiscalizadas pela autarquia (14 de 28 unidades) a diversidade sexual e de gênero aparece negligenciada [*oprimida*] no campo do tratamento, muitas vezes sendo tratado como “*pecado*” – nos casos em que a instituição apareceu vinculada a alguma organização religiosa -, rompendo com a ética psicológica no que tange à proibição da indução “a convicções [...] religiosas” (Art. 2º, alínea “b”), assim como com relação à resolução/CFP 01/99 e 01/18, que se posicionam contrariamente à homofobia e à transfobia. Nesses casos, os relatos coletados pela autarquia nas visitas trazem as tentativas de reversão sexual como prática das comunidades terapêuticas, evidenciando o lugar da população LGBT – no caso deste artigo, população lésbicas – no cenário de produção da “loucura” como categoria social.

Mais uma vez, a saúde mental, ou melhor, a doença, aparece como produto da condição de vulnerabilidade social, corroborando com a demanda que está posta com relação a compreensão e ao enfrentamento do suicídio, visto que, conforme Berechtein Netto (2013):

Outra questão que é fundamental de se pensar e que é comum de nós profissionais da saúde e, mais especificamente, profissionais da ‘psi’. Trata-se de produzirmos e reproduzirmos cotidianamente certo psicologismo na hora de explicar os suicídios. Esse psicologismo vai se dar, principalmente, por uma descontextualização e uma atemporalização na hora de estudar, analisar e compreender os fenômenos, bem como a atribuição a características individuais e psíquicas de fenômenos que são sociais e políticos. (NETTO, 2013, p. 19-20)

Para uma psicologia politicamente voltada para o compromisso social com as minorias sociais, e, principalmente, com os direitos humanos, surge aí, a tarefa de visibilizar tal contexto histórico de produção subjetiva – desumanizante e desumanizado e, nas políticas públicas a necessidade de superação da subnotificação, dado luz as demandas lésbicas efetivamente.



Em contrapartida, os desafios são grandes: quando solicitado por meio da plataforma de acesso à informação - esic – acerca da população lésbica usuária nas políticas de saúde mental, após mais de um mês de aguardo, obtivemos a resposta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas de que *“nossos sistemas de informação ainda não possuem o campo orientação sexual? e, portanto, não conseguimos especificar nos registros de produção o atendimento a mulheres lésbicas nos serviços da RAPS”*, trazendo-nos possíveis indícios da condição subalterna – já que invisibilizada – dessas mulheres nas políticas públicas.

Dessa maneira, ao nos depararmos, ao longo do processo de pesquisa, com tais contradições, chamou-nos atenção a ausência da mulher quilombola dentre as estatísticas de lesbocídio (DOSSIÊ, 2018), abrindo margem para a produção audiovisual acerca da temática. Enquanto pesquisadoras na realidade étnico-racial tocantinense, sentimo-nos responsáveis por tal tarefa, conforme consta descrita a relatada no tópico seguinte no presente texto.

Por fim, como diria Rosa Luxemburgo - quanto mais nos movimentamos, mais sentimos as correntes que nos prendem, na luta por um mundo aonde sejamos socialmente iguais, e livres. Os enfrentamentos parecem, então, se revelar em um leque de possibilidades, apontando horizontes na construção de diálogos nas políticas públicas e, mesmo, para uma escuta política da realidade social e das subjetividades, um desafio, ao menos a nosso ver, primordialmente interseccional.

CONCLUSÃO

Compreendendo a identidade como construção subjetiva, que diante de um leque de diversidades construídas e apreendidas a partir das relações sociais, forma identidades sociais, este texto apresentou o debate identitário a partir da visibilização de grupos interseccionais de mulheres lésbicas que são, de diversas formas, subalternizadas nas imbricações que as constituem – de gênero, etnia-raça, classe social e região.

Nesse sentido, o fenômeno da subalternidade tornou-se notório em diversas áreas do conhecimento; fazendo-se importante aqui levantar um protagonismo de autoras de perspectivas epistemológicas feministas – interseccionais e consubstanciais - na escolha da produção teórica do artigo, mesmo que não descartando produções de autores do gênero masculino para ampliação de elementos como base de conhecimento.

O presente trabalho apresentou uma compreensão sobre as diferentes expressões das negociações de sentido em torno da sujeita lésbica em uma perspectiva interseccional, isto é, capaz de desvelar um leque imbricado de opressões cujas raízes históricas estruturam e organizam a sociedade a partir das violências, violações, aviltamentos, negligências, e um sem fim de mecanismos estratégicos para manutenção de relações de dominação no contexto do status quo.

Dessa maneira, cabe à psicologia social compreender tais matizes e direcionar intencionalmente - conscientemente - sua práxis para com as sujeitas invisibilizadas, no intuito de fortalecer as individualidades e coletividades, contrapondo-se a todo e qualquer tipo de ruptura com os direitos humanos. De acordo com os dados do dossiê, o lesbocídio tem crescido abruptamente, indicando uma realidade de desumanização e apagamento da alteridade que, do ponto de vista da ética, deve ser enfrentada no diálogo e na articulação em rede, buscando uma escuta no bojo do sistema de garantia de direitos, inclusive junto aos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. 4º ed. São Paulo: *Difusão Europeia*, 1970.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência* 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 18 Abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CFP. Tentativa de aniquilamento das subjetividades LGBTIs. Brasília: CFP, 2019.

_____. Resolução Nº 018/2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 11 out. 2020.

_____. Resolução Nº 01/2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Despatologização das Identidades Trans e Travestis. Disponível em: <<https://despatologizacao.cfp.org.br/sobre/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. O suicídio e os Desafios para a Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

_____. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 2005.

_____. Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. *CREPOP*. 2012.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: Raça e Gênero, *Painel 1*. 2004.

DAVIS, A. Mulher, Raça e Classe. 1.ed. The Women's Press, Ltda. Grã-Bretanha. 1982.

_____. A liberdade é uma luta constante. 1. Ed. – São Paulo: *Boitempo*, 2018.

GONÇALVES, M. G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: *Cortez*, 2010.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, p. 61-73, julho, 2014.

JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. Diálogo em Psicologia Social. Porto Alegre: *Editora Evangraf Ltda*, 2007.

KERGOAT, D. Dinâmica e Consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, Março, 2010.

LANE, S. T. M. O que é Psicologia Social. São Paulo: *Brasiliense*, 2006.

LORDE, A. Não há hierarquias de Opressão. *The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. 110-113. Tradução de Tatiana Nascimento revisada em fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

MATTOS, C. L. G.; In. CASTRO, P. A. A abordagem etnográfica na investigação científica. *Orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: Available from *SciELO Books* <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 de ago, 2018.

MARTIN-BARÓ, I. El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. El Salvador: *Revista de psicologia de El Salvador*, 1996.

PERES, M. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: *Livros Ilimitados*, 2018.

RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte: *Letramento: Justificando*, 2017.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*. n 05, p. 17-44, 2010.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, São Paulo, 2001.

SILVA, F. C. da. Políticas de Saúde voltada às Lésbicas: Sobre as possibilidades de reverter um quadro histórico de invisibilidade. In. IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. Gênero, Sexualidade e Direitos: Construindo Políticas de Enfrentamento ao sexismo e a Homofobia. *Palmas*, 2012. p. 211-236.

Recebido em: 01/06/2022

Aprovado em: 25/06/2022